# BOLETIM INFORMATIVO

☐ cao.educacao@mpmt.mp.br

**Boletim Informativo 19/2020** 

Cuiabá/MT, 17 de novembro de 2020

#### 1. APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

O CAO Educação produziu o presente boletim informativo abordando principalmente notícias, ações ministeriais, informações e normativas aprovadas na área da educação em decorrência das medidas de controle e combate à pandemia da COVID-19 (Coronavírus).

#### 2. AÇÕES DOS MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAIS

### MPES notifica Sinepe-ES para que escolas particulares divulguem custos e descontos para 2021

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Promotoria de Justiça do Consumidor de Vitória, notificou o Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Espírito para que oriente as escolas particulares a divulgarem aos pais, responsáveis e alunos uma série de informações relacionadas ao ano letivo de 2021. Os estabelecimentos deverão encaminhar o contrato de adesão, o valor das mensalidades e anuidade, a planilha de custos para o ano de 2021 e o número de vagas por sala-classe, no período mínimo de 45 dias antes da data final para matrícula e rematrícula. Continue lendo AQUI

## Promotores de justiça recomendam retorno das aulas presenciais nas escolas particulares de educação básica de Palmas com EaD para alunos e profissionais do grupo de risco

A recomendação destaca que a retomada deve ocorrer mediante os seguintes pré-requisitos: a continuidade das condições epidemiológicas favoráveis; a exigência do cumprimento dos protocolos sanitários de segurança por parte das escolas; e a manutenção de possibilidade de ensino a distância para os alunos e funcionários que sejam do grupo de risco ou que possuam familiares nesta condição. Continue lendo AQUI

# Promotores de Justiça recomendam retorno das aulas presenciais na rede estadual e propõem medidas de segurança

O titular da Promotoria de Justiça Regional de Defesa da Educação, Vinícius de Oliveira e Silva, e o coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação (Caopije) do MPTO, Sidney Fiori Júnior, propuseram ao Estado do Tocantins, a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta no qual a administração se comprometa a retomar as aulas presenciais para a educação básica da rede pública estadual, adotando uma série de medidas de segurança contra a propagação do novo coronavírus. Continue lendo AQUI

#### MPPA requer apresentação de estudo científico para retorno das aulas

No processo de acompanhamento das ações referentes ao retorno das aulas no Pará, o Ministério Público do Estado (MPPA) expediu uma recomendação ao prefeito de Marabá e à Secretaria Municipal de Educação para que seja apresentado estudo científico conclusivo para subsidiar o retorno das atividades escolares presenciais. Continue lendo AQUI

#### MPPA requer construção e ajustes em escolas públicas

O Ministério Público do Estado do Pará expediu recomendações à Secretaria municipal de Educação (Semed) de Marabá e Secretaria Estadual de Educação (Seduc). Nos documentos, o MPPA requer diversas melhorias em escolas públicas do município e a construção de uma nova unidade de ensino fundamental no Residencial Tiradentes. Continue lendo AQUI

### MPPA reforça necessidade de melhorias em escolas

O Ministério Público do Estado do Pará recomendou à Prefeitura de Bom Jesus do Tocantins e Secretaria Municipal de Educação que apresentem cronograma com as soluções para as melhorias necessárias no Núcleo de Educação Infantil Mundo Encantado da Criança e Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Irany Rodrigues da Silva, localizadas no Município. Continue lendo AQUI

#### MPPA obtém decisões favoráveis e escolas com falhas estruturais são interditadas

A pedido do Ministério Público do Estado (MPPA), a Justiça estadual determinou ao Município a interdição das escolas municipais de ensino fundamental São Francisco e José Pereira Barbosa, em Floresta do Araguaia. As ações civis foram ajuizadas em novembro de 2019 pelo promotor de Justiça Alfredo Martins de Amorim e apontaram falhas estruturais nesses dois estabelecimentos de ensino, com problemas elétricos, infiltrações e falta de manutenção, com riscos para alunos, professores, funcionários e a população. Continue lendo AQUI

#### 3. NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

# Lei de SP que permite usar verbas da educação para manter equilíbrio previdenciário é objeto de ação

O procurador-geral da República, Augusto Aras, ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6593) contra dispositivos da Lei Complementar estadual 1.333/2018 de São Paulo que classificam as despesas necessárias ao equilíbrio atuarial e financeiro do sistema estadual de Previdência como gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino. Continue lendo AQUI

#### 4. OUTRAS NOTÍCIAS

#### Software TC educa recebe nova base de dados

O software TC educa, que permite consultar a oferta de vagas para estudantes da educação infantil (0 a 3 anos), ensino fundamental (6 a 14 anos) e do ensino médio (15 a 17 anos), foi atualizado. As informações estão disponíveis no endereço <a href="www.tceduca.irbcontas.org.br">www.tceduca.irbcontas.org.br</a>. Continue lendo AQUI.

# UNICEF lança três minicursos sobre a educação que protege crianças e adolescentes contra a violência

Situações de crises e emergências, como a da Covid-19, podem agravar a exposição de crianças e adolescentes à violência no ambiente familiar, inclusive às violências física, sexual e psicológica, ao trabalho infantil e até mesmo aos acidentes domésticos, além de ter impactos na saúde mental de crianças, adolescentes e cuidadoras e cuidadores. Agravando esse cenário, a crise também pode fragilizar os serviços responsáveis por responder a violações de direitos. Pensando nisso, o UNICEF – em parceria com a Luta pela Paz e a Fundação Barça – lança três cursos rápidos

para que a comunidade escolar possa oferecer um acolhimento protetivo a crianças e adolescentes no retorno às atividades escolares. <u>Continue lendo AQUI.</u>

#### Caderno de Legislação do PNAE passa por atualizações

O caderno conta com os modelos-padrão de Cardápio e Fichas Técnicas de Preparo, atualizados conforme as recomendações da Resolução CD/FNDE nº 06 de 2020, que trata sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Pnae. Continue lendo AQUI.

#### Projeto exige identificação de demanda por vagas em creches nos municípios

O <u>Projeto de Lei 2228/20</u> determina que os municípios e o Distrito Federal deverão realizar anualmente, com apoio federal, levantamento da demanda por creches para crianças de até três anos de idade. As listas de espera nas creches públicas ou conveniadas serão organizadas com base no levantamento. Continue lendo AQUI.

#### Governo decreta nova Política Nacional de Educação Especial

O Governo Federal lançou a nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE) por meio do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. O texto, assinado pelo presidente da República Jair Bolsonaro, institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Um mês depois, em 30 de outubro, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação (Semesp), lançou o documento que trata da implementação da Política. Continue lendo AQUI.

#### Volta às aulas será o primeiro desafio dos novos gestores municipais

A partir do dia 1º de janeiro de 2021, o primeiro grande desafio dos novos gestores municipais na educação será decidir como serão as aulas durante o ano. Isso porque, às vésperas das eleições, muitos municípios adiaram o retorno às aulas presenciais para o ano que vem, temendo aumento do contágio de alunos e professores pelo novo coronavírus. Eles terão que decidir se as aulas voltam a ser presenciais, se serão ofertadas de forma remota ou em um modelo misto e de que forma isso será feito. Continue lendo AQUI.

#### Saeb - Avaliação traz resultados inéditos da educação básica

Trinta anos após a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1990, o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apresentaram dados inéditos sobre o desempenho de crianças em língua portuguesa e matemática ao final do 2º ano do ensino fundamental. Também foram avaliados estudantes do 9º ano em ciências humanas e da natureza, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Continue lendo AQUI.

### Novo calendário escolar prevê retorno às aulas presenciais em 1º de fevereiro de 2021

As novas normas que reorganizam o calendário escolar de 2020 a serem seguidas pelas 759 escolas da rede estadual de ensino foram publicadas nesta terça-feira (10.11), no Diário Oficial do Estado (DOE). A portaria 603/2020 prevê o encerramento das atividades educacionais de 2020 em 18 de dezembro, e continuidade do ano letivo de 2020/2021 no dia 1º de fevereiro de 2021, já com as aulas presenciais, com revezamento. Continue lendo AQUI.

#### 5. ATUALIZAÇÕES LEGISLATIVAS

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020 - Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro.

<u>PORTARIA Nº 603/2020/GS/SEDUC/MT</u>. - Dispõe sobre normas para reorganização do Calendário Escolar de 2020/2021 no contexto da pandemia do Coronavírus - Covid-19 no âmbito das unidades escolares pertencentes à Rede Pública Estadual de Ensino, sobre o Calendário Escolar 2021 das unidades escolares pertencentes à Rede Estadual de Ensino, e dá outras providências.

#### **BOLETIM INFORMATIVO DO CAO EDUCAÇÃO**

Equipe:

Miguel Slhessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Educação Patrícia Eleutério Campos Dower - Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO Educação Camila Alessandra Pinheiro Salles Takase – Assistente Ministerial Juliana Aiko Yoshimura de Vasconcellos – Auxiliar Ministerial